



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2023

O **MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEFF/RS**, representado pelo seu Prefeito Municipal em Exercício, **Sr. ADRIANO RODRIGO MATTGE**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento de todos os interessados, que realizará, nesta unidade, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, **objetivando o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de medicamentos**, o qual será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 014/2008, de 11 de abril de 2008 e Decreto Municipal nº 016/2018, de 26 de março de 2018, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste Instrumento Convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

TIPO: Menor preço por ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:00 do dia **27/12/2023** até às 09:00 horas do dia **11/01/2024**.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09:01 horas do dia **11/01/2024**.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:15 horas do dia **11/01/2024**

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.portaldecompraspublicas.com.br

Formalização de consultas/encaminhamentos:

LOCAL: Sede do Centro Administrativo Municipal: Avenida João Amann, nº 690, Bairro Centro, Victor Graeff/RS. CEP 99.350-000

E-mail: licitacao.prefeituravg@gmail.com

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de medicamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. É de responsabilidade da Vendedora a entrega dos produtos junto ao Centro de Saúde, Avenida Cochinho, nº 920, de segunda a sexta-feira no turno da manhã: 8:00 às 11:00h e no turno da tarde: 13:30 às 16:30hs.

1.3. Após o horário não serão recebidos às mercadorias, ficando de responsabilidade da Contratada, o retorno para sua efetivação.

1.4. Um representante da Secretaria Municipal de Saúde anotarà em registro próprio a entrega dos medicamentos (itens e quantidades);

1.5. A licitante deverá fornecer produtos de boa qualidade, de acordo com a planilha constante no edital. Em caso de não atender o acima exposto terá sua mercadoria rejeitada no momento da entrega.



- 1.6. As quantidades máximas constantes no **Termo de Referência – Anexo I** são estimadas, não se obrigando a Administração pela aquisição total.
- 1.7. A Contratada deverá entregar os produtos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a solicitação, que deverão ser entregues diretamente no local especificado, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.
- 1.8. Prazo de validade dos medicamentos no momento da entrega maior que 12 (doze) meses. Não serão aceitos itens com a validade inferior.
- 1.9. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas de transporte decorrentes do fornecimento.
- 1.10. A qualidade do produto deverá ser garantida pela empresa fornecedora, conforme o Código de Defesa do Consumidor.

2. DO CREDENCIAMENTO

- 2.1. O Credenciamento é o nível básico do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 2.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;
- 2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 3.1. Poderão participar desta licitação, as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação que atenderem todas as exigências constantes neste Edital, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no **Portal de Compras Públicas** www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.



3.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- 3.3.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 3.3.2.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.3.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.3.4.** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 3.3.5.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 3.3.6.** Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4. A participação na presente licitação implica a aceitação plena das condições expressas neste Edital e seus Anexos.
--

4.1. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- 4.1.1.** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 4.1.2.** nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.1.3.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.1.4.** que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.1.5.** que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.1.6.** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.1.7.** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.1.8.** que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPnº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.1.9.** que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.1.10.** que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência



Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO VALOR ESTIMADO OU VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL

6.1. No presente certame optou-se por não atribuir caráter sigiloso aos valores de referência assim, os mesmos estão estipulados no anexo I, termo de referência.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item

7.1.2. Marca de cada Item Ofertado

7.1.3. Fabricante de cada item ofertado



7.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta não será **inferior a 60 (SESSENTA)** dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores máximos orçados e constantes no Anexo I e com no máximo, quatro casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

7.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico (www.portaldecompraspublicas.com.br), na data, horário e local indicado neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO VALOR UNITÁRIO DO ITEM

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá **ser de R\$ 0,0010 (DEZ DÉCIMOS DE MILÉSIMO)**.

8.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a **vinte (20) segundos** e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **DEZ MINUTOS** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **DOIS MINUTOS** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.15 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

8.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação



expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.20.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.20.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até **30 (trinta) minutos**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;



9.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até **02 (DUAS) HORAS**, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.

9.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Possuir Cadastro do Portal de Compras Públicas b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

CNPJ: 87.613.485/0001-77

Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000

Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com

www.victorgraeff.rs.gov.br



d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU; <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

10.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

10.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

10.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão (ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até **02 (DUAS) HORAS**, sob pena de inabilitação.

10.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEFF/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

CNPJ: 87.613.485/0001-77
Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000
Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com
www.victorgraeff.rs.gov.br



10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede

10.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.9. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



10.9.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

10.9.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN),

10.9.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

10.9.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

10.9.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.9.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.9.8. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.9.9. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

10.10.1 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica em vigor. As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame.

10.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.11.1. Cópia do Alvará de Licença para funcionamento da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal;

10.11.2. Comprovação da Autorização de Funcionamento da empresa pelo Ministério da Saúde;

10.11.3. Cópia do Registro do Medicamento no Ministério da Saúde. (a empresa deverá encaminhar junto à proposta readequada (item 11), o registro referente aos itens que a mesma foi declarada vencedora).

10.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



10.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até **02 (DUAS) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. Cópia do Registro do Medicamento no Ministério da Saúde, dos itens que a empresa foi declarada vencedora no referido processo Licitatório.

11.1.2. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.



11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, vinculam a Contratada.

11.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **TRÊS DIAS** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1. A ata de Registro de Preços será formalizada, com observância das disposições do Artigo 10º, do Decreto Municipal nº 016, de 26 de março de 2018, e será subscrita pela autoridade que assinou o edital.

16.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração Pública.

16.3. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem



de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

16.4. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade, na forma do artigo 10, inciso III e § 6º, do Decreto n.º 16/2018.

16.5. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

16.6. Colhidas as assinaturas, o Órgão Gerenciador providenciará a imediata publicação da Ata e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata o sub item anterior.

17. DO PRAZO DE VALIDADE E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1. O prazo de validade do Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contado a partir da data da assinatura da respectiva Ata.

17.2. O cancelamento do Registro de Preços ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas nos artigos 19 e 20 do Decreto Municipal n.º 16, de 26 de março de 2018.

18. DAS CONTRATAÇÕES

18.1. Os fornecedores de bens incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.

18.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

18.3. Quando da necessidade de contratação, a administração convocará o fornecedor indicado, celebrando o contrato ou instrumento equivalente.

18.4. Para instruir a formalização dos contratos ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá providenciar e encaminhar ao órgão contratante, no prazo de 03 (três) dias úteis a partir da data da convocação, certidões negativas de débitos para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e certidões negativas de tributos e contribuições federais, estaduais e municipais, sob pena de a contratação não se concretizar.

18.5. Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro estiverem dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação das mesmas.

18.6. A licitante vencedora deverá, no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer ao órgão contratante para assinar o termo de contrato ou retirar instrumento equivalente, comprovando através de Contrato Social e Documento de Identidade a pessoa responsável pela assinatura do respectivo termo.

19. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES, DO LOCAL DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO



19.1. A empresa fica obrigada a entregar a quantidade requerida pela Administração, conforme estabelecido na ordem de compra, a qual deverá ser emitida pelo setor responsável.

19.2. Os medicamentos deverão ser entregues conforme estabelecido no Termo de Referência (Anexo I).

19.3. O produto deverá ser entregue em perfeitas condições em até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Compra emitida pelo setor de Licitações.

19.4. Os produtos deverão ser entregues no endereço especificado na Autorização de Compra em horário de expediente.

19.5. À Secretaria é reservado o direito de não receber ou devolver os produtos que não estejam de acordo com as exigências do edital e solicitar a reposição dos mesmos.

19.6. Por ocasião da entrega, a **CONTRATADA** deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), do servidor do **CONTRATANTE** responsável pelo recebimento.

19.7. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o **CONTRATANTE** poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a **CONTRATADA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a **CONTRATADA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação do **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado

20. DO PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

20.1. O pagamento será efetuado de acordo com a entrega dos medicamentos, até 10 dias após a liquidação da nota fiscal, e com a observância do estipulado pelo Art. 5º da Lei 8.666/93 e suas alterações.

20.2. Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal n.º 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela **CONTRATADA**, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. Constitui Obrigações da CONTRATANTE:

21.1.1. efetuar o pagamento ajustado; e

21.1.2. dar à **CONTRATADA** as condições necessárias a regular execução do contrato.



21.2. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- 21.2.1.** Executar o fornecimento, objeto licitado conforme especificações do Termo de Referência e em consonância com a proposta de preços;
- 21.2.3.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 21.2.4.** Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
- 21.2.5.** assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato;
- 21.2.6.** assumir a responsabilidade integral por quaisquer danos provenientes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, causados diretamente à contratante ou a terceiros;
- 21.2.7.** Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- 21.2.8.** Aceitar as mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco) por cento do valor inicial, atualizado do contrato ou da nota de empenho;
- 21.2.9.** Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do contratado.

22. DA FISCALIZAÇÃO

22.1 A Secretaria Municipal de Saúde, acompanhará e fiscalizará pelo cumprimento de todas as disposições e obrigações do presente contrato, através de um representante designado pela mesma, que anotarás, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinando o que for necessário à regularização da responsabilidade do Contratado.

22.2. A fiscalização sobre todos os termos do presente contrato, a ser exercida pelo CONTRATANTE, ocorrerá para preservar o interesse público, sendo que eventual atraso ou deficiência nos serviços não lhe implicará na co-responsabilidade.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 23.1.1** não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 23.1.2** apresentar documentação falsa;
- 23.1.3** deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 23.1.4** ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 23.1.5** não mantiver a proposta;
- 23.1.6** cometer fraude fiscal;
- 23.1.7** comportar-se de modo inidôneo;

23.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.



MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEFF/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

CNPJ: 87.613.485/0001-77

Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000

Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com

www.victorgraeff.rs.gov.br



23.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros,

23.3.1 a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

23.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

23.4.2 Multa de multa de 10% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

23.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

23.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União pelo prazo de até cinco anos;

23.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

23.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

23.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.8 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

23.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.10 As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

23.11 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

24 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao.prefeituravg@gmail.com, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida João Amann, nº 690, Bairro Centro, Victor Graeff/RS.



24.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos e pelo setor jurídico decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **ATÉ 03 (TRÊS) DIAS** úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

24.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **DOIS DIAS ÚTEIS**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

25 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á no sistema eletrônico.

25.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEFF/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

CNPJ: 87.613.485/0001-77
Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000
Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com
www.victorgraeff.rs.gov.br



25.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.victorgraeff.rs.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida

25.12 João Amann, nº 690, Bairro Centro, Victor Graeff/RS, nos dias úteis, no horário das 07 horas e 30 minutos às 11 horas e trinta minutos e das 13 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II - Minuta da Ata de Registro de Preços

Este processo foi analisado, sob o prisma jurídico-formal, e se acha aprovado ela Procuradoria Jurídica, podendo ter regular prosseguimento.

Victor Graeff/RS, 26 de dezembro de 2023.

ADRIANO RODRIGO MATTGE

Prefeito Municipal

DIEGO PAIM FEISTAUER

OAB/RS 102321

Procurador Geral



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 42/2023

REGISTRO DE PREÇOS

Menor Preço unitário do item

1-DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de medicamentos, que atenderão a demanda da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Item	Quant	UNID	Descrição	VALOR Unitário do item Máximo Aceitável
1.	500	FR	ACEBROFILINA 10 MG/ML XPE	10,49
2.	300	FR	ACEBROFILINA 5,0 MG/ML XPE	12,73
3.	3.000,00	CP	ACICLOVIR 200 MG	0,38
4.	2.000	CP	ACICLOVIR 400MG	2,27
5.	50	TB	ACICLOVIR 5,0 MG/GR CR	3,86
6.	80.000	CP	ÁCIDO ACETILSALICILICO 100 MG	0,06
7.	3.600,00	CP	ÁCIDO FÓLICO 5,0 MG	0,08
8.	600	CP	ÁCIDO FOLÍNICO 15MG	1,96
9.	100	AMP	ADRENALINA 1MG/ML 1ML	2,34
10.	150	FR	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSP. ORAL	2,94
11.	500	CP	ALBENDAZOL 400MG CP	0,69
12.	6.000,00	CP	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG	0,41
13.	5.000,00	CP	ALOPURINOL 100MG	0,25
14.	6.000,00	CP	ALOPURINOL 300 MG	0,60
15.	400	CP	ALPRAZOLAM 0,25 MG	0,17
16.	4.800,00	CP	ALPRAZOLAM 0,5 MG	0,21
17.	4.800,00	CP	ALPRAZOLAM 1,0 MG	0,23
18.	6.000,00	CP	ALPRAZOLAN 2,0 MG	0,43
19.	500	FR	AMBROXOL, CLORIDRATO XPE AD 30MG/5ML	6,09
20.	400	FR	AMBROXOL, CLORIDRATO XPE. PED. 3,0MG/ML 100 ML	5,05
21.	2.000,00	CP	AMILORIDA + HCTZ 2,5/25MG	0,43
22.	6.000,00	CP	AMILORIDA+HIDROCLOROTIAZIDA 5/50MG	0,28
23.	6.000,00	CP	AMINOFILINA 100 MG	0,10
24.	8.000,00	CP	AMIODARONA, CLORIDRATO 200 MG	0,84
25.	30.000,00	CP	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO DE 25 MG	0,08



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

CNPJ: 87.613.485/0001-77

Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000

Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com

www.victorgraeff.rs.gov.br



26.	2.500,00	CP	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO DE 75 MG	0,38
27.	3.000,00	CP	AMOXICILINA + CLAVULANATO 875/125MG	3,87
28.	6.000,00	CAP S	AMOXICILINA 500 MG CAPS – EMBALAGEM FRACIONAVEL	0,47
29.	300	FR	AMOXICILINA 50MG/ML 150 ML SUSP	9,34
30.	2.000,00	CAP S	AMOXICILINA+CLAVULANATO 500/125 MG	4,59
31.	500,00	FR	AMOXICILINA+CLAVULANATO DE 400/57,5MG 70ML	42,49
32.	7.000,00	CP	ANLODIPINO, BESILATO DE 10 MG	0,11
33.	15.000,00	CP	ANLODIPINO, BESILATO DE 5,0 MG	0,05
34.	25,00	FR	ARIPIRAZOL 20MG/ML 30ML	337,00
35.	6.000,00	CP	ATENOLOL 100 MG	0,23
36.	9.000,00	CP	ATENOLOL 25 MG	0,08
37.	30.000,00	CP	ATENOLOL 50 MG	0,11
38.	5.000,00	CP	ATORVASTATINA CALCICA 10 MG	0,45
39.	12.000,00	CP	ATORVASTATINA CALCICA 20 MG	0,50
40.	9.000,00	CP	ATORVASTATINA CALCICA 40 MG	0,86
41.	4.000,00	CP	AZITROMICINA 500 MG EMBALAGEM FRACIONAVEL	1,61
42.	500,00	FR	AZITROMICINA 40 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO 600 MG	19,35
43.	10.000	FR	BACILLUS CEREUS FLACONETE 5ML	5,63
44.	150	FR	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250 MCG/DOSE SOLUÇÃO ORAL 200 DOSES	35,76
45.	200	AMP	BETAMETASONA ACT. + FOSF DISSÓDIO 3MG/3MG 1ML INJETAVEL	12,27
46.	600	AMP	BETAMETASONA DIPROP+FOSF DISSÓDICO 5/2/MG/ML INJETAVEL	10,65
47.	200	AMP	BENZILPENICILINA I.M. 1.200U INJETÁVEL	9,79
48.	9.000,00	CP	BIPERIDENO, CLORIDRATO DE 2,0 MG	0,34
49.	300	CP	BISACODIL 5MG	0,14
50.	6.000,00	CP	BROMAZEPAN 3,0 MG	0,20
51.	3.000,00	CP	BROMAZEPAN 6,0 MG	0,24
52.	2.000,00	CP	BROMOPRIDA 10MG	0,75
53.	200	FR	BROMOPRIDA 4,0MG/ML	5,64
54.	500	AMP	BROMOPRIDA INJETAVEL 5MG/ML 2ML	2,17
55.	250	FR	BUDESONIDA 50 MCG/DOSE SUSPENSÃO NASAL 200 DOSES	24,03



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

CNPJ: 87.613.485/0001-77

Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000

Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com

www.victorgraeff.rs.gov.br



56.	40	FR	BUDESONIDA 32 MCG/DOSE SUSPENSÃO NASAL 120 DOSES	11,60
57.	9.000,00	CP	BUPROPIONA, CLORIDRATO 150 MG	3,58
58.	1.000,00	CP	BUPROPIONA, CLORIDRATO 300MG	5,71
59.	2.400,00	CP	BUSPIRONA 10 MG	2,45
60.	300	FR	BUTILB. DE ESCOPOLAMINA 10MG/ML - GTS	11,15
61.	1.500,00	CP	BUTILB. ESCOPOLAMINA 10MG – COMPR	0,85
62.	300	AMP	BUTILB. ESCOPOLAMINA INJETÁVEL	1,61
63.	6.000,00	CP	BUTILB. ESCOPOLAMINA+DIPIRONA 10/250MG – COMPR	0,55
64.	300	FR	BUTILB. ESCOPOLAMINA+DIPIRONA 10/250MG - GTS	11,30
65.	500	AMP	BUTILB. ESCOPOLAMINA+DIPIRONA INJETAVEL	2,72
66.	3.000,00	CP	CANDESARTANA+HCTZ 16/12,5 MG	2,36
67.	50.000,00	CP	CAPTOPRIL 25 MG	0,06
68.	42.000,00	CP	CAPTOPRIL 50 MG	0,17
69.	20.000,00	CP	CARBAMAZEPINA 200 MG	0,43
70.	75	FR	CARBAMAZEPINA SUSP 2% - 100ML	13,17
71.	200	FR	CARBOCISTEINA 20MG/ML XPE INF	5,73
72.	300	FR	CARBOCISTEINA 50MG XPE AD	6,16
73.	30.000,00	CP	CARBONATO DE CALCIO 1250MG – (500MG DE Ca ELEMENTAR)	0,11
74.	15.000,00	CP	CARBONATO DE LITIO 300 MG	0,47
75.	3.000,00	CP	CARVEDILOL 12,5 MG	0,40
76.	3.000,00	CP	CARVEDILOL 25 MG	0,31
77.	6.000,00	CP	CARVEDILOL 6,25 MG	0,23
78.	2.500,00	CP	CARVEDILOL 3,125	0,22
79.	100	FR	CEFALEXINA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60 ML	10,41
80.	5.000,00	CP	CEFALEXINA 500 MG CPR	1,28
81.	200	AMP	CEFTRIAXONA 500MG I.M. INJETÁVEL	8,92
82.	200	AMP	CEFTRIAXONA 1G INTRAVENOSA INJETÁVEL	10,60
83.	200	AMP	CEFTRIAXONA 1G+DILUENTE (LIDOCAINA 1%) 3,5 ML INTRAMUSCULAR	12,99
84.	1.500,00	CP	CETOCONAZOL 200 MG	0,60
85.	50	TB	CETOCONAZOL 20MG/G PMDA	6,14
86.	8.000,00	CP	CETOPROFENO 100 MG	2,13
87.	5.000,00	CP	CETOPROFENO 50MG	1,21
88.	300	AMP	CETOPROFENO 100MG/ML E.V. INJETÁVEL	5,21



MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEFF/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

CNPJ: 87.613.485/0001-77

Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000

Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com

www.victorgraeff.rs.gov.br



89.	600	AMP	CETOPROFENO 50 MG/ML I.M. INJETÁVEL	2,18
90.	3.000	CP	CICLOBENZAPRINA 5MG	0,25
91.	500	CP	CICLOBENZAPRINA 10MG	1,13
92.	4.000,00	CP	CILOSTAZOL 100 MG	0,61
93.	5.000,00	CP	CILOSTAZOL 50 MG	0,28
94.	2.000,00	CP	CIMETIDINA 200 MG	0,59
95.	4.000,00	CP	CINARIZINA 25 MG	0,37
96.	3.000,00	CP	CINARIZINA 75 MG	0,69
97.	12.000,00	CP	CIPROFIBRATO 100 MG	0,60
98.	3.000,00	CP	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO DE 500 MG	0,43
99.	28.000,00	CP	CITALOPRAM, BROMIDRATO DE 20MG	0,34
100.	2.000,00	CP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO DE 25 MG	1,05
101.	900	CP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO DE 75 MG	1,35
102.	300	FR	CLONAZEPAM 2,5MG/ML GTS 20 ML	4,66
103.	3.000,00	CP	CLONAZEPAN 0,5 MG	0,11
104.	3.000,00	CP	CLONAZEPAN 2,0 MG	0,38
105.	900	CP	CLONIDINA 0,100 MG	0,25
106.	900	CP	CLONIDINA 0,150MG	0,31
107.	10.000,00	CP	CLOPIDOGREL 75MG	0,51
108.	150	FR	CLORETO DE SÓDIO+BENZALCÔNIO 30ML NASAL INFANTIL	1,27
109.	9.000,00	CP	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO DE 100 MG	0,25
110.	3.000,00	CP	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO DE 25 MG	0,51
111.	12.000,00	CP	CLORTALIDONA 25 MG	0,32
112.	3.000,00	CP	CLORTALIDONA 50MG	0,26
113.	50	TB	COLAGENASE+CLORANFENICOL POMADA 30G	24,00
114.	900	CP	COLCHICINA 0,5 MG	0,35
115.	1.000	CP	COLECALCIFEROL 7.000 UI	0,84
116.	6.000,00	CP	COMPLEXO B + ASSOCIAÇÕES	0,11
117.	500	AMP	COMPLEXO B INJETÁVEL	2,95
118.	3.000,00	SCH	CONDROITINA 1,2 GR + GLICOSAMINA1,5 GR	2,41
119.	12.000,00	CP	CUMARINA+TROXERRUTINA 15/90 MG	0,50
120.	1.000	CP	DES Loratadina 5MG	0,81
121.	100	FR	DES Loratadina XPE 100ML 0,5MG	35,18
122.	500	TB	DEXAMETASONA CREME 0,1%	2,90
123.	6.000	CP	DEXAMETASONA 4MG CP	0,68



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

CNPJ: 87.613.485/0001-77

Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000

Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com

www.victorgraeff.rs.gov.br



124.	6.600	CP	DESVENLAFAXINA 50MG	1,70
125.	1.000	CP	DESVENLAFAXINA 100MG	1,03
126.	300	AMP	DEXAMETASONA 4MG INJETÁVEL	3,39
127.	150	FR	DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG/ML XPE 100ML	2,66
128.	2.000,00	CP	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO DE 2,0MG	0,10
129.	2.400,00	CP	DIAZEPAN 10 MG	0,17
130.	2.000,00	CP	DIAZEPAN 5,0 MG	0,12
131.	200	AMP	DIAZEPAN 5MG/ML INJETÁVEL	1,27
132.	2.000,00	CP	DICLOFENACO POTASSICO 50 MG	0,12
133.	50	TB	DICLOFENACO DIETILAMONIO 11,6MG/G GEL CREME 60G	6,53
134.	9.000,00	CP	DIGOXINA 0,25 MG	0,33
135.	100	FR	DIMENIDRINATO+PIRIDOXINA 25/5MG/ML SOL.ORAL 20ML -	7,03
136.	900	CP	DIMENIDRINATO+PIRIDOXINA 50/10 MG CPR	0,84
137.	500	AMP	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50MG/50MG/ML 1ML I.M.	5,83
138.	500	AMP	3MG/ML (DIMENIDRATO)+5 MG/ML (CLORIDRATO DE PIRIDOXINA) + 100MG/ML(GLICOSE) + 100MG/ML (FRUTOSE) AMPOLA EV	7,66
139.	18.000,00	CP	DIOSMINA + HESPERIDINA 450/50 MG	0,79
140.	300	FR	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 10 ML	2,00
141.	20.000,00	CP	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	0,27
142.	500	AMP	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML I.M. INJETÁVEL	1,44
143.	6.000,00	CP	DIPIRONA 500MG+ADIFENINA10MG+PROMETAZINA 5MG	0,57
144.	1.500,00	CP	DIVALPROATO DE SODIO 250 MG	0,87
145.	5.000,00	CP	DIVALPROATO DE SODIO 500 MG	2,98
146.	18.000,00	CP	DOMPERIDONA 10 MG	0,18
147.	1.500,00	CP	DONEPEZILA, CLORIDRATO 10 MG	0,82
148.	3.000,00	CP	DONOPEZILA, CLORIDRATO 5 MG	0,62
149.	9.000,00	CP	DOXAZOSINA, MESILATO DE 2,0MG	0,22
150.	6.000,00	CP	DOXAZOSINA, MESILATO DE 4,0MG	0,50
151.	600	CP	DOXICICLINA 100MG	0,56
152.	50	FR	DROPROPIZINA 3MG/ML XPE AD 120 ML	7,21
153.	24.000,00	CP	DULOXETINA, CLORIDRATO 30 MG	2,60
154.	16.000,00	CP	DULOXETINA, CLORIDRATO 60 MG	3,18
155.	6.000,00	CP	DUTASTERIDA+TANSULOSINA (0,5/0,4 MG)	3,70



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

CNPJ: 87.613.485/0001-77
Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000
Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com
www.victorgraeff.rs.gov.br



156.	90.000,00	CP	ENALAPRIL MALEATO DE 10 MG	0,07
157.	40.000,00	CP	ENALAPRIL, MALEATO DE 20 MG	0,10
158.	15.000,00	CP	ENALAPRIL, MALEATO DE 5,0 MG	0,09
159.	3.000,00	CP	ENALAPRIL+HCTZ 10/25 MG	0,65
160.	200	AMP	EPINEFRINA 1MG/ML INJETÁVEL	1,51
161.	15.000,00	CP	ESCITALOPRAM, OXALATO 20 MG	0,75
162.	18.000,00	CP	ESCITALOPRAM, OXALATO 10 MG	0,32
163.	3.000,00	CP	ESCITALOPRAM, OXALATO 15 MG	0,72
164.	2.000,00	CP	ESPIRONOLACTONA 100 MG	0,94
165.	16.000,00	CP	ESPIRONOLACTONA 25 MG	0,39
166.	6.000,00	CP	ESPIRONOLACTONA 50 MG	0,52
167.	30	TB	ESTRIOL CREME VAGINL 50G	25,24
168.	160	CP	ESTROGENIOS CONJ. 0,625 MG CX C/28 cp	1,05
169.	720	CP	ESEXILATO DE DABIGATRANA 150 MG	3,77
170.	720	CP	ESEXILATO DE DABIGATRANA 110 MG	3,77
171.	4.000,00	CP	EZETIMIBA 10 MG	0,96
172.	6.000	CP	FENITOINA SOD. 100 MG	0,20
173.	8.000,00	CP	FENOBARBITAL 100 MG	0,29
174.	240	CP	FEXOFENADINA 120 MG	1,11
175.	12.000,00	CP	FINASTERIDA 5,0 MG	1,04
176.	20.000,00	Unid	FITAS HGT ON CALL PLUS II	29,63
177.	30	FR	FORMOTEROL+BUDESONIDA 12/400 MCG C/60 C/DOSADOR	87,03
178.	100	FR	FORMOTEROL+BUDESONIDA 12/400MCG C/60 CPS	2,02
179.	800	CP	FLUCONAZOL 150 MG	0,92
180.	4.000,00	CP	FLUNARIZINA 10 MG	0,17
181.	28.000,00	CP	FLUOXETINA, CLORIDRATO DE 20 MG	0,16
182.	300	FR	FLUTICASONA, FUROATO DE 27,5 MCG 120 DS	64,28
183.	30.000,00	CP	FUROSEMIDA 40 MG	0,13
184.	300	AMP	FUROSEMIDA 10MG/ML INJETÁVEL	1,87
185.	6.000,00	CP	GABAPENTINA 300 MG	0,75
186.	30.000,00	CP	GLIBENCLAMIDA 5,0 MG	0,04
187.	100	AMP	GLICOSE 25% INJ 10 ML	0,57
188.	100	AMP	GLICOSE 50% INJ 10ML	0,75
189.	6.000,00	CP	GLIMEPIRIDA 1,0 MG	0,38
190.	15.000,00	CP	GLIMEPIRIDA 2,0 MG	0,17
191.	2.000,00	CP	GLIMEPIRIDA 4,0 MG	0,32
192.	100	FR	GUACO XAROPE 35MG/ML	2,47
193.	2.000,00	CP	HALOPERIDOL 1,0 MG	0,40



MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEFF/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

CNPJ: 87.613.485/0001-77

Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000

Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com

www.victorgraeff.rs.gov.br



194.	9.000,00	CP	HALOPERIDOL 5,0 MG	0,25
195.	150	FR	HALOPERIDOL, DECANOATO DE 50 MG/ML	7,55
196.	100	AMP	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI, 0,25ML INJ	10,73
197.	80.000,00	CP	HIDROCLOROTIAZIDA 25,0 MG	0,04
198.	40.000,00	CP	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	0,10
199.	60	TB	HIDROCORTISONA, ACETATO DE 1% CREME 20GR	9,55
200.	500	AMP	HIDROCORTISONA, SUCCINATO 500MG INJETÁVEL	9,47
201.	300	FR	HIDRÓXIDO DE AL+ HIDRÓXIDO DE MG 60+40MG/ML	7,77
202.	500	FR	IBUPROFENO 100MG/ML - SUSP. ORAL	6,06
203.	500	FR	IBUPROFENO 50MG/ML SUSP. ORAL	3,15
204.	3.000,00	CP	IBUPROFENO 300 MG	0,32
205.	8.000,00	CP	IBUPROFENO 600 MG	0,35
206.	10.000,00	CP	IMIPRAMINA 25 MG	0,50
207.	150	FR	IPRATRÓPIO, BROMETO 0,25MG/ML SOLUÇÃO PARA BEBULIZAÇÃO	2,30
208.	9.000,00	CP	ISSORBIDA, MONONITRATO 20 MG	0,31
209.	3.000,00	CP	ISSORBIDA, MONONITRATO 40 MG	0,60
210.	1.000,00	CP	IVERMECTINA 6 MG	1,64
211.	100	FR	LACTULOSE 667 MG/ML XAROPE 120ML	7,27
212.	1.200	CP	LAMOTRIGINA 100 MG	0,37
213.	2.000,00	UN	LANCETAS PARA TESTE GLICOSE	0,27
214.	1.200	CP	LANSOPRAZOL 30 MG	0,78
215.	9.000,00	CP	LEVODOPA+BENZERAZIDA 100/25 MG	1,56
216.	6.000,00	CP	LEVODOPA+BENZERAZIDA 200/50MG	4,10
217.	4.000,00	CP	LEVODOPA+CARBIDOPA 250/25 MG	1,10
218.	2.000,00	CP	LEVOFLOXACINO 500 MG	1,65
219.	500	CAR T	LEVONOGESTREL+ETINILESTRADIOL 0,15/0,03mg c/21 cp	0,17
220.	6.000,00	CP	LEVOMEPRIMAZINA 100MG	1,16
221.	2.000,00	CP	LEVOMEPRIMAZINA 25 MG	0,45
222.	70	FR	LEVOMEPRIMAZINA 40 MG/ML	10,02
223.	2.000,00	CP	LEVOTIROXINA SOD 125 MCG	0,37
224.	1.200,00	CP	LEVOTIROXINA SOD 150 MCG	0,37
225.	6.000,00	CP	LEVOTIROXINA SOD 25 MCG	0,29
226.	12.000,00	CP	LEVOTIROXINA SOD 75 MCG	0,34
227.	6.000,00	CP	LEVOTIROXINA SOD. 100 MCG	0,26



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

CNPJ: 87.613.485/0001-77

Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000

Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com

www.victorgraeff.rs.gov.br



228.	12.000,00	CP	LEVOTIROXINA SOD. 50MCG	0,28
229.	1.500,00	CP	LEVOTIROXINA SOD. 88 MCG	0,65
230.	300	UNID	LIDOCAINA 2% SEM VASOCONSTRITOR CARPULE 1,8ML	4,94
231.	1.000	CP	LOPERAMIDA 2 MG	0,10
232.	3.000,00	CP	LORATADINA 10 MG	0,15
233.	200	FR	LORATADINA XPE 1MG/ML	6,66
234.	6.000,00	CP	LOSARTANA POT. 25 MG	0,48
235.	100.000,00	CP	LOSARTANA POT. 50 MG	0,10
236.	3.000,00	CP	LOSARTANA+HCTZ 50/12,5MG	0,35
237.	50	FR	MANITOL 20% 250ML	15,42
238.	9.000,00	CP	MEMANTINA, CLORIDRATO DE 10 MG	0,39
239.	21.000,00	CP	METFORMINA, CLORIDRATO DE 500 MG	0,22
240.	90.000,00	CP	METFORMINA, CLORIDRATO DE 850 MG	0,24
241.	12.000,00	CP	METILDOPA 250 MG	1,00
242.	12.000,00	CP	METILDOPA 500 MG	2,01
243.	3.000,00	CP	METILFENIDATO 10 MG	0,72
244.	3.000,00	CP	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO DE 10 MG	0,14
245.	150	FR	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO DE 4MG/ML - GTS	4,29
246.	700	AMP	METOCLOPRAMINA I.M. INJETÁVEL	0,96
247.	6.000,00	CP	METOPROLOL, SUCCINATO 100 MG	1,82
248.	18.000,00	CP	METOPROLOL, SUCCINATO 25 MG	0,48
249.	24.000,00	CP	METOPROLOL, SUCCINATO 50 MG	1,02
250.	4.000,00	CP	METRONIDAZOL 250 MG	0,31
251.	50	TB	METRONIDAZOL 100MG/G 50G C/10 APLIC. GINECOLÓGICAS	11,92
252.	20	TB	MICONAZOL, NITRATO 2% CREME DERMATOLÓGICO	4,27
253.	50	TB	MICONAZOL, NITRATO DE 2% CREME VAGINAL	13,37
254.	6.000,00	CP	MIRTAZAPINA 30 MG	1,63
255.	3.000,00	CP	MIRTAZAPINA 45 MG	1,74
256.	400	TB	NEOMICINA+BACITRACINA PMDA	4,15
257.	2.400,00	CP	NIFEDIPINO 10 MG	0,25
258.	10.000,00	CP	NIMESULIDA 100 MG	0,19
259.	200	FR	NIMESULIDA 50 MG/ML - GTS	3,15
260.	3.000,00	CP	NITROFURANTOINA 100MG	0,59
261.	30	FR	NISTATINA SUSP ORAL 100.000UI/ML	9,15
262.	50	TB	NISTATINA CREME VAGINAL	9,33
263.	4.800,00	CP	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO DE 25 MG	0,60



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

CNPJ: 87.613.485/0001-77

Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000

Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com

www.victorgraeff.rs.gov.br



264.	3.000,00	CP	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO DE 50MG	0,74
265.	900	CP	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO DE 75 MG	1,18
266.	90.000,00	CP	OMEPRAZOL 20 MG	0,14
267.	200	AMP	OMEPRAZOL INJETÁVEL	9,01
268.	200	AMP	ONDANSETRONA 2MG/ML 2ML(4MG) IV/IM	2,31
269.	3.000	CP	ONDANSETRONA 4 MG COMPRIMIDO ORODISPERSÍVEL	0,85
270.	4.000	CP	ONDANSETRONA 8MG COMPRIMIDO REVESTIDO	3,26
271.	3.000,00	CP	OXCARBAZEPINA 300 MG	1,34
272.	2.400,00	CP	OXCARBAZEPINA 600 MG	2,81
273.	8.400,00	CP	PANTOPRAZOL 20 MG	0,30
274.	24.000,00	CP	PANTOPRAZOL 40 MG	0,47
275.	9.000,00	CP	PARACETAMOL 500 MG	0,20
276.	15.000,00	CP	PARACETAMOL 750 MG	0,26
277.	300	FR	PARACETAMOL SOL ORAL 200MG/ML 15 ML	2,88
278.	15.000,00	CP	PARACETAMOL+CODEINA 500/30MG	0,76
279.	6.900,00	CP	PAROXETINA, CLORIDRATO 20MG	0,50
280.	100	FR	PERMETRINA 10MG/ML, LOÇÃO, 60ML	5,30
281.	100	FR	PERMETRINA 50MG/ML, LOÇÃO 60ML	5,96
282.	4.000,00	CP	PIROXICAM 20 MG	0,39
283.	1.500,00	CP	PRAMIPEXOL 0,25 MG	0,97
284.	700,00	FR	PREDNISOLONA, FOSFATO SODICO DE 3,0 MG/ML – SOL ORAL 100 ML	10,39
285.	7.000,00	CP	PREDNISONA 20 MG	0,39
286.	6.000,00	CP	PREDNISONA 5,0 MG	0,11
287.	18.000,00	CP	PREGABALINA 75 MG	1,18
288.	2.600,00	CP	PRIMIDONA 100MG	0,39
289.	300	AMP	PROMETAZINA 25MG/ML INJETÁVEL	3,05
290.	500	CP	PROPAFENONA, CLORIDRATO DE 150 MG	1,17
291.	3.000,00	CP	PROPAFENONA, CLORIDRATO DE 300 MG	1,17
292.	30.000,00	CP	PROPRANOLOL, CLORIDRATO DE 40 MG	0,05
293.	9.000,00	CP	QUETIAPINA, HEMIFUMARATO DE 100 MG	0,99
294.	6.000	CP	QUETIAPINA, HEMIFUMARATO DE 200 MG	2,24
295.	20.000,00	CP	QUETIAPINA, HEMIFUMARATO DE 25 MG	0,33



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

CNPJ: 87.613.485/0001-77

Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000

Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com

www.victorgraeff.rs.gov.br



296.	6.000,00	CP	RAMIPRIL 5,0 MG	1,66
297.	30	FR	RETINOL 50.000UI+COLECALCIFEROL 10.000UI, 10ML	9,45
298.	40	FR	RIFOMICINA SAL SÓDICO 10MG/ML SPRAY	6,61
299.	70	FR	RISPERIDONA 1MG/ML FR 30ML	18,53
300.	6.000,00	CP	RISPERIDONA 1,0 MG	0,25
301.	15.000,00	CP	RISPERIDONA 2,0 MG	0,35
302.	1.500,00	CP	RISPERIDONA 3,0 MG	0,54
303.	2.000	CP	RIVAROXABANA 3,0MG	1,12
304.	2.800,00	CP	RIVAROXABANA 20 MG	0,51
305.	9.000,00	CP	ROSUVASTATINA 10 MG	0,56
306.	9.000,00	CP	ROSUVASTATINA 20 MG	0,84
307.	600	SCH	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL	1,39
308.	1.000	FR	SALBUTAMOL , SULFATO DE 100 MCG/DS – SPRAY 200 DOSES	21,27
309.	100	FR	SALBUTAMOL, SULFATO DE 0,4MG/ML 100ML -	2,32
310.	600	CP	SECNIDAZOL 1,0 G	1,54
311.	9.000,00	CP	SERTRALINA, CLORIDRATO DE 100 MG	1,21
312.	600	CP	SERTRALINA, CLORIDRATO DE 25 MG	1,84
313.	18.000,00	CP	SERTRALINA, CLORIDRATO DE 50 MG	0,25
314.	3.000	CP	SIMETICONA 40 MG	0,24
315.	200	FR	SIMETICONA 75 MG/ML GTS	2,67
316.	102.000,00	CP	SINVASTATINA 20 MG	0,18
317.	40.000,00	CP	SINVASTATINA 40 MG	0,31
318.	1.600,00	CP	SOTALOL, CLORIDRATO DE 160 MG	1,00
319.	40	TB	SULFADIAZINA DE PRATA 1%, CREME 30G	7,91
320.	120	FR	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIM A 40/80MG – SUSP	7,39
321.	3.000,00	CP	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIM A 400/80 MG	0,33
322.	3.000,00	CP	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIM A 800/160 MG	0,47
323.	7.000,00	CP	SULFATO FERROSO 40 MG	0,07
324.	200	FR	SULFATO FERROSO 25MG DE FE II/ML 30ML	1,39
325.	40	FR	TETRACAÍNA 1%+FENILEFRINA 0,1% SOL OFTALMICA 10 ML	14,60
326.	30	FR	TOBRAMICINA 0,3% SOL OFTALMICA 5ML	10,27
327.	4.000,00	CP	TOPIRAMATO 100 MG	0,78
328.	4.000,00	CP	TOPIRAMATO 25 MG	0,27



MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEFF/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

CNPJ: 87.613.485/0001-77

Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000

Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com

www.victorgraeff.rs.gov.br



329.	6.000,00	CP	TOPIRAMATO 50 MG	0,47
330.	5.000,00	CP	TRAMADOL, CLORIDRATO 50MG	0,61
331.	900	AMP	TRAMADOL 100MG/2ML INJ 2 ML IV/IM	2,75
332.	5.000,00	CP	TRAZODONA, CLORIDRATO DE 100 MG	1,23
333.	6.000,00	CP	TRAZODONA, CLORIDRATO DE 150 MG RET	5,07
334.	14.000,00	CP	TRAZODONA, CLORIDRATO DE 50 MG	0,60
335.	3.000,00	CP	VALPROATO DE SODIO 250 MG	0,38
336.	8.000,00	CP	VALPROATO DE SODIO 500 MG	0,71
337.	200	FR	VALPROATO DE SODIO SOL. ORAL 50 MG/ML	5,82
338.	4.200,00	CP	VARFARINA SODICA 5,0 MG	0,33
339.	17.000,00	CP	VENLAFAXINA, CLORIDRATO 150 MG	2,34
340.	3.000,00	CP	VENLAFAXINA, CLORIDRATO 37,5MG	1,06
341.	15.000,00	CP	VENLAFAXINA, CLORIDRATO 75 MG	1,22
342.	3.000	CP	VITAMINA D3 1.000 UI	0,29
343.	24.000,00	CP	ZOLPIDEM, HEMITARTARATO DE 10 MG	0,53
344.	12.000,00	CP	CARBONATO DE CALCIO 500MG + VITAMINA D(COLECALCIFEROL) 400 UI	0,16

2-JUSTIFICATIVA

A aquisição do material solicitado tem por finalidade abastecer a Farmácia Municipal da Unidade Básica de Saúde e atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

3-DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O processo licitatório objeto deste Termo de Referência, obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Complementar nº 123/06, com as alterações advindas com as Leis 127/07 e 128/08, e a Lei Federal nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais, bem como pelas condições e exigências contida neste Termo e na licitação.

4-DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições em até 10(dez) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Compra emitida pelo setor de Licitações.

É de responsabilidade da Vendedora a entrega dos produtos junto ao Centro de Saúde, Avenida Cochinho, nº 920, de segunda a sexta-feira no turno da manhã: 8:00 às 11:00h e no turno da tarde: 13:30 às 16:30hs.

Após o horário não serão recebidos às mercadorias, ficando de responsabilidade da Contratada, o retorno para sua efetivação.



MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEFF/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

CNPJ: 87.613.485/0001-77

Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000

Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com

www.victorgraeff.rs.gov.br



O Prazo de validade dos medicamentos no momento da entrega maior que 12 (doze) meses. Não serão aceitos itens com a validade inferior.

Um representante da Secretaria Municipal anotará em registro próprio a entrega dos medicamentos (itens e quantidades);

A licitante deverá fornecer produtos de boa qualidade, de acordo com a planilha constante no edital. Em caso de não atender o acima exposto terá sua mercadoria rejeitada no momento da entrega.

Por ocasião da entrega, a CONTRATADA deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), do servidor do CONTRATANTE responsável pelo recebimento.

Constatadas irregularidades no objeto contratual, o CONTRATANTE poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

5-DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado de acordo com a entrega dos produtos, até 10 dias úteis após a liquidação da nota fiscal, e com a observância do estipulado pelo Art. 5º da Lei 8.666/93 e suas alterações.

O pagamento será creditado em favor da licitante vencedora, na conta corrente indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

O **CNPJ da contratada** constante na Nota Fiscal de fatura **deverá ser o mesmo** da documentação apresentada no processo licitatório.

Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal em favor da licitante vencedora. Caso o valor da multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário.

6- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O Município de Victor Graeff poderá a qualquer tempo recusar o fornecimento, no todo ou em parte, sempre que não atender ao estipulado neste Termo ou aos padrões técnicos de qualidade exigíveis;

O fornecimento do bem objeto deste Termo e da Licitação deve ser entregue diretamente pela licitante vencedora, não podendo ser transferido, subempreitado, cedido ou sublocado;

No preço proposto e nos lances que vier a ofertar deverão estar inclusos todos os custos necessários para o fornecimento dos materiais objeto do presente Termo e da licitação,



MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEFF/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

CNPJ: 87.613.485/0001-77

Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000

Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com

www.victorgraeff.rs.gov.br



bem como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes e seguros, deslocamento de pessoal, transporte, treinamento, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado constante da proposta. Não será permitido, portanto, que tais encargos sejam discriminados em separado;

Declaramos, conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 1º da Lei nº 10.520/02, que os materiais e serviços objeto do presente Termo trata-se de aquisição de bem comum.

7- DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

O prazo de validade do Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contado a partir da data da assinatura da respectiva Ata.

Victor Graeff/RS, 26 de dezembro de 2023.

ADRIANO RODRIGO MATTGE

Prefeito Municipal em Exercício



MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEFF/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES
CNPJ: 87.613.485/0001-77
Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000
Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com
www.victorgraeff.rs.gov.br



ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS --/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 42/2023

Aos ---- dias do mês de ----- de 2023, o MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEFF, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, **Sr. ADRIANO RODRIGO MATTGE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Victor Graeff/RS, portador do CIC nº. 822.132.910-04, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e no Artigo 10 do Decreto nº16/2018, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico** para **Registro de Preços**, homologado em --/--/2023, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** das empresas mais bem classificadas, observadas as condições do edital que rege o certame, aquelas enunciadas abaixo e nos itens que se seguem.

1- DO OBJETO

1.1 – A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de medicamentos que atenderão a demanda da Farmácia da Unidade Básica de Saúde, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, especificados no Anexo I do edital do Pregão Eletrônico nº 42/2023, que passa a fazer parte dessa Ata, como parte integrante.

- Os produtos cotados deverão ser de primeira linha, não sendo admitidos os de segunda linha ou inferior, e deverão estar dentro das normas técnicas aplicáveis.
- A entrega será parcelada de acordo com a necessidade, e deverão ser entregues em até 10 dias após a solicitação.
- A aquisição dos produtos será feita mediante autorização do SECRETÁRIO responsável pela secretaria e do setor de licitações.
- A licitante que não atender o acima exposto terá sua mercadoria rejeitada no momento da entrega.
- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- A Administração rejeitará o fornecimento em desacordo com as especificações constantes deste Edital.

2- DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá vigência pelo prazo de **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura por todos os licitantes, na forma do artigo 11, do Decreto Municipal nº 016/2018.



MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEFF/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

CNPJ: 87.613.485/0001-77

Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000

Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com

www.victorgraeff.rs.gov.br



2.2 – Nos termos do Art. 15, § 4º da Lei Federal n.º 8.666/93, e do Art. 15º do Decreto Municipal n.º 016/2018, de 26 de Março de 2018, este Município não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

2.3 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o Parágrafo Primeiro do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3- DO PREÇO

3.1 – Ficam registrados os preços e quantitativos ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços abaixo relacionados, nos termos do Artigo 10, inciso I, do Decreto nº 16/2018.

Item	Quant. Registrada	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
FORNECEDOR / CNPJ:						

3.2 – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do **caput** do art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.3 – Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.3.1 – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3.3.2 – A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.4 – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.4.1 – Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

3.4.2 – Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

a) Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4- DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1 – As solicitações de fornecimento à CONTRATADA por parte do Órgão Participante (OP) serão feitas através de Ordem de Fornecimento ou emissão da Nota de Empenho.

4.2 – Os fornecimentos deverão ser realizados de acordo com a descrição constante no Anexo I do edital Pregão Presencial n.º 42/2023, em perfeitas condições, em um prazo máximo de



MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEFF/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES
CNPJ: 87.613.485/0001-77
Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000
Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com
www.victorgraeff.rs.gov.br



10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Nota de Empenho e Autorização de Compra à CONTRATADA.

4.3 – A entrega do objeto desta licitação deverá ser no Centro Saúde, Avenida Cochinho, nº 920, de segunda a sexta-feira no turno da manhã: 8:00 às 11:00h e no turno da tarde: 13:30 às 16:30hs, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

4.4 – O Prazo de validade dos medicamentos no momento da entrega maior que 12 (doze) meses. Não serão aceitos itens com a validade inferior.

4.5 – Dentro do prazo de vigência contratual, o fornecedor está obrigado ao fornecimento do produto desde que obedecida as condições do edital que se precedeu a formalização dessa Ata.

4.6 – À Secretaria é reservado o direito de não receber os produtos que não estejam de acordo com as exigências do edital.

4.7 – Será verificado se o produto está com a embalagem em perfeito estado, nas condições de temperatura exigidas no rótulo, se as instruções de uso acompanham o produto e se estão em português.

5- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 – O cancelamento do Registro de Preços ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas nos artigos 19 e 20 do Decreto Municipal n.º 026, de 26 de março de 2018.

5.2 – Casos fortuitos ou força maior.

6- DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado de acordo com a entrega dos produtos, até 10 dias após a liquidação da nota fiscal, e com a observância do estipulado pelo Art. 5º da Lei 8.666/93 e suas alterações.

7- DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – Cabe ao Órgão Participante proceder a fiscalização rotineira do produto recebido, quanto à quantidade, ao atendimento de todas as especificações e horários de entrega.

7.2. – Os fiscais do Órgão Participante estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o produto que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que esteja sendo entregue fora do horário preestabelecido.

7.3. – As irregularidades constatadas pelo Órgão Participante deverão ser comunicadas ao Órgão Gerenciador, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades previstas.



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

CNPJ: 87.613.485/0001-77
Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000
Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com
www.victorgraeff.rs.gov.br



E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Sr. Lairton André Koeche– Prefeito Municipal e pelo(s) representante(s) da(s) EMPRESA(S) REGISTRADA(S).

Victor Graeff/RS, em _____ de _____ de 2023.

ADRIANO RODRIGO MATTGE
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante

CNPJ nº -----
Contratada

EXAMINADO E APROVADO:

DIEGO PAIM FEISTAUER
OAB/RS 102321
Procurador Geral

Testemunhas:

1. _____

2. _____